

Mercúrio Metálico

Papel do Ibama quanto à Importação e Comércio

Marco Legal - Regimento Interno do Ibama

(Portaria nº 14 de 29/06/2017)

► CAPÍTULO I - DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), autarquia criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com autonomia administrativa e financeira, dotada de personalidade direito público, com sede em Brasília, Distrito Federal, e jurisdição em todo o território nacional, tem como finalidades:

I - exercer o poder de polícia ambiental de âmbito federal;

II - executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, ao monitoramento e ao controle ambientais, observadas as diretrizes emitidas pelo Ministério do Meio Ambiente; e

III - executar as ações supletivas da União, de conformidade com a legislação ambiental.

Marco Legal - Regimento Interno do Ibama

(Portaria nº 14 de 29/06/2017)

► CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º Compete ao IBAMA, ressalvadas as competências das demais entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e observadas as diretrizes emitidas pelo Ministério do Meio Ambiente, as seguintes atribuições em âmbito federal:

I - proposição e edição de normas e padrões de qualidade ambiental;

II - avaliação de impactos ambientais;

III - licenciamento ambiental de atividades, empreendimentos, produtos e processos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, e daqueles capazes de causar degradação ambiental, nos termos da lei;

IV - implementação dos Cadastros Técnicos Federais de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais

Marco Legal - Regimento Interno do Ibama

(Portaria nº 14 de 29/06/2017)

V - fiscalização e aplicação de penalidades administrativas ambientais ou compensatórias pelo não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor;

VI - geração, integração e disseminação sistemática de informações e conhecimentos relativos ao meio ambiente;

VII - disciplinamento, cadastramento, licenciamento, monitoramento e fiscalização dos usos e acessos aos recursos ambientais, florísticos e faunísticos;

VIII - análise, registro e controle de substâncias químicas, agrotóxicos e de seus componentes e afins, conforme legislação;

IX - assistência e apoio operacional às instituições públicas e à sociedade em caso de acidentes e emergências ambientais de relevante interesse ambiental

Marco Legal - Mercúrio Metálico

Comércio, Produção e Importação

- Cabe ao Ibama o controle nacional do comércio, da produção e da importação de mercúrio metálico, em conformidade com a Lei nº 6.938, 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, e por determinação do Decreto nº 97.634/1989, atualizado pela Instrução Normativa Ibama nº 8, de 25 de agosto de 2015 (IN Ibama nº 8/2015).

Organização Institucional

Diretoria de Qualidade
Ambiental - DIQUA



Coordenação Geral de Gestão da
Qualidade Ambiental - CGQUA



Coordenação de Controle de
Resíduos e Emissões - COREM

Papel da COREM - Regimento Interno do Ibama (Portaria nº 14 de 29/06/2017)

► Art. 76. À Coordenação de Controle de Resíduos e Emissões compete:

I - coordenar e executar as ações federais referentes ao controle do uso, da destinação e da importação, exportação e trânsito de substâncias destruidoras da camada de ozônio, mercúrio metálico e resíduos sólidos, além de outras ações previstas por convenções e acordos internacionais das quais o país seja signatário.

Mercúrio Metálico - Disponibilidade Comercial

- ▶ Produção
- ▶ Importação
- ▶ Exportação
- ▶ Reciclagem

Mercúrio Metálico - Principais Usos

- ▶ Plantas de Cloro-Soda
- ▶ Garimpo
- ▶ Uso odontológico
- ▶ Uso laboratorial
- ▶ Uso para finalidades religiosas

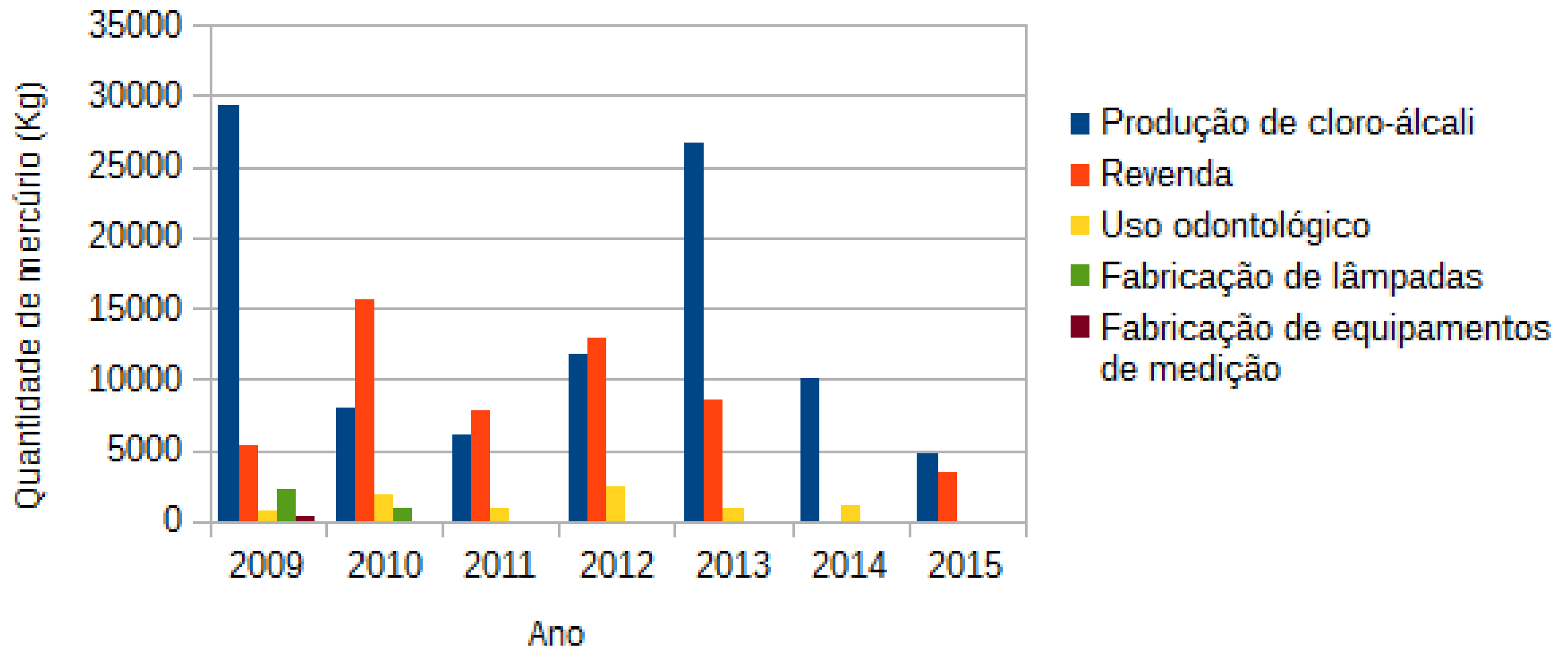
Autorização para Importação de Mercúrio Metálico

- ▶ A autorização para a importação de mercúrio é concedida mediante o atendimento dos seguintes itens:

- I. Licença de importação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex);
- II. Vigência da licença ambiental para o exercício da atividade, quando couber;
- III. A declaração de informações previstas nos relatórios da Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
- IV. O pagamento do boleto, cujo valor será calculado por operação, conforme a fórmula prevista no item 3.2 da Tabela de Preços dos Serviços do Ibama, em anexo da Política Nacional do Meio Ambiente (atualizada pela Portaria Interministerial Ministério da Fazenda nº 812, de 29 de setembro de 2015).

Importação anual de mercúrio por destinação

Período de 2009 a 2015



Importação anual de mercúrio metálico por destinação

Ano	Produção cloro-álcalis (Kg)	Revenda (Kg)	Uso odontológico (Kg)	Fabricação de lâmpadas (Kg)	Fabricação de equipamentos de medição (Kg)
2009	29.249	5.211	636	2.284	345
2010	8.004	15.525	1.891	882	0
2011	6.003	7.832	875	0	0
2012	11.730	12.938	2.378	0	0
2013	26.566	8.625	960	0	0
2014	10.005	0	1.136	0	0
2015	4.658	3.450	0	0	0

Obrigada!

Ana Cristina Soares Linhares - Analista Ambiental

COREM/ CGQUA/ DIQUA

E-mail: mercuriometalico.sede@ibama.gov.br

Tel: (61) 3316-1352